



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede à Av. Santos Dumont, 75 - Centro, nesta cidade, por seu Prefeito, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados a emissão deste Termo de Inexigibilidade de Licitação, com base nos artigos 72 e 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, ante a necessidade de treinamento de seus servidores.

**1. OBJETO:**

**1.1.** Contratação da empresa **CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA**, CNPJ: 21.971.919/0001-00, para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, responsável pela ministração de aulas para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial, por inexigibilidade, conforme art. 74, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021, conforme descrição abaixo:

| Itens | Descrição   | Quant.              | Valor por aula R\$ | Valor mensal R\$ | Valor total R\$ |
|-------|---|---------------------|--------------------|------------------|-----------------|
| 1     | <p>Contratação de empresa para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial.</p> <p>A empresa deverá ter piscina aquecida, em ambiente fechado e dispor de horários para turmas exclusivas para os pacientes da Secretaria de Saúde.</p> <p>As aulas deverão ser conduzidas por profissional devidamente habilitado.</p> <p>A empresa deverá fornecer trajes adequados para práticas aquáticas.</p> <p>Serão atendidos até 60 participantes, divididos em quatro grupos, sendo dois</p> | 16h<br>aula/<br>mês | R\$290,00          | R\$4.640,00      | R\$55.680,00    |



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>grupos de pacientes com fibromialgia e dois grupos formados por pacientes que frequentam o centro psicossocial.</p> <p>As aulas serão semanais, de 60 minutos cada, com atividades de alongamento, fortalecimento muscular e alívio da dor, bem como exercícios para fortalecimento dos laços sociais.</p> <p>Os grupos serão organizados pela Secretaria de saúde.</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

## 2. DESCRITIVO DO TERMO

Justifica-se a contratação da empresa CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA, CNPJ 21.971.919/0001-00, por ser a única empresa da cidade que oferece o serviço de aulas de hidroginástica e atividades aquáticas ministradas por profissional especializado em ambiente fechado e climatizado. Vale pontuar, que será disponibilizado um cronograma de aulas que acontecerão durante o Inverno, razão pela qual se faz necessária a utilização de piscina aquecida em ambiente fechado.

A fibromialgia é uma condição que provoca dor crônica e cansaço, prejudicando a qualidade de vida. O Centro Psicossocial atende pessoas que enfrentam questões emocionais e sociais que afetam sua saúde mental e bem-estar. A presente contratação busca promover a melhoria da qualidade de vida. Tem como objetivo ofertar atividades físicas e emocional, além de fortalecer a interação social. A hidroginástica e outras atividades aquáticas são excelentes para reduzir sintomas de fibromialgia, como dores musculares e articulares. Para os pacientes do CAPS, fortalecerá também a interação, o trabalho em equipe e o fortalecimento físico.

Objetiva-se com a presente contratação propiciar a prática regular de exercícios físicos e melhorar a qualidade de vida de pacientes com Fibromialgia e usuários do Centro Psicossocial; incentivar a continuidade de práticas de cuidados pessoais; reduzir o estresse e melhorar o bem-estar físico e psicológico dos referidos pacientes.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

A viabilidade pela contratação por inexigibilidade de licitação com fundamento jurídico no art. 74, III, alínea “f” da Lei 14.133/2021, está expressa no parecer jurídico emitido pelo Procurador Carlaile Horbe.

Ao processo administrativo foram juntados: O termo de referência para inexigibilidade, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Também encontram-se anexos e já devidamente conferidos os documentos habilitatórios mínimos, necessários para a contratação.

A dotação orçamentária que cobrirá a presente contratação é a que segue:

**Órgão: Secretaria Municipal de Saúde**  
**Despesa: 470 – 3.3.90.39.00.00.00.00 Outros serviços de terceiros – PJ**

**Do pagamento:**

O pagamento será efetuado até em até 15 dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal, bem como atestado de recebimento e ou medição do objeto contratado pelo fiscal de contrato.

**Da emissão do termo contratual:**

O termo de contrato seguirá a minuta contratual, sujeitando-se o contratado nas condições estabelecidas neste edital, termo referência e contrato, independente de transcrição.

**Disposições finais:**

Ante a verificação de dotação orçamentária disponível e parecer jurídico prévio, e autorização pelo Sr. Prefeito, gerou-se o presente termo, que após análise jurídica será publicado através de extrato, nos termos da lei 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

Três Passos, 31 de março de 2025.

Cleomar Jovani Thiesen  
Agente de Contratação

---

**Carlaile Ernesto Horbe**  
**Procurador Geral do Município**  
**OAB/RS 89.210**

---

**Arlei Tomazoni**  
**Prefeito**



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

---

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

---

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATIVIDADES AQUÁTICAS E HIDROGINÁSTICA, RESPONSÁVEL PELA MINISTRAÇÃO DE AULAS PARA PACIENTES PORTADORES DE FIBROMIALGIA E PACIENTES USUÁRIOS DO CENTRO PSICOSSOCIAL.**

**1-OBJETO E CARACTERÍSTICA DA CONTRATAÇÃO**

**Do objeto:** Contratação da empresa para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, em piscina aquecida e coberta, para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial, por inexigibilidade, conforme art. 74, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021, conforme descrição abaixo:

| <b>Itens</b> | <b>Descrição</b>  | <b>Quant.</b>       | <b>Valor por aula R\$</b> | <b>Valor mensal R\$</b> | <b>Valor total R\$</b> |
|--------------|---|---------------------|---------------------------|-------------------------|------------------------|
| <b>2</b>     | <p>Contratação de empresa para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial.</p> <p>A empresa deverá ter piscina aquecida, em ambiente fechado e dispor de horários para turmas exclusivas para os pacientes da Secretaria de Saúde.</p> <p>As aulas deverão ser conduzidas por profissional devidamente habilitado.</p> <p>A empresa deverá fornecer trajes adequados para práticas aquáticas.</p> <p>Serão atendidos até 60 participantes, divididos em quatro grupos, sendo dois</p> | 16h<br>aula/<br>mês | R\$290,00                 | R\$4.640,00             | R\$55.680,00           |



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

|  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
|  | <p>grupos de pacientes com fibromialgia e dois grupos formados por pacientes que frequentam o centro psicossocial.</p> <p>As aulas serão semanais, de 60 minutos cada, com atividades de alongamento, fortalecimento muscular e alívio da dor, bem como exercícios para fortalecimento dos laços sociais.</p> <p>Os grupos serão organizados pela Secretaria de saúde.</p> |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|

- 1.1.** O serviço a ser contratado é de natureza comum, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.
- 1.2.** Estima-se a despesa de R\$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais) mensais e o valor total de R\$ 55.680,00 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais) para a presente contratação;
- 1.3.** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, havendo interesse da administração, neste caso os valores serão reajustados pelo INPC.

## **2-JUSTIFICATIVA E OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1** Justificativa da contratação:

A fibromialgia é uma condição que provoca dor crônica e cansaço, prejudicando a qualidade de vida. O Centro Psicossocial atende pessoas que enfrentam questões emocionais e sociais que afetam sua saúde mental e bem-estar. A presente contratação busca promover a melhoria da qualidade de vida. Tem como objetivo ofertar atividades físicas e emocional, além de fortalecer a interação social. A hidroginástica e outras atividades aquáticas são excelentes para reduzir sintomas de fibromialgia, como dores musculares e articulares. Para os pacientes do CAPS, fortalecerá também a interação, o trabalho em equipe e o fortalecimento físico.

### **2.2** Objetiva-se com a presente contratação:



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

- Propiciar a prática regular de exercícios físicos e melhorar a qualidade de vida de pacientes com Fibromialgia e usuários do Centro Psicossocial;
- Incentivar a continuidade de práticas de cuidados pessoais;
- Reduzir o estresse e melhorar o bem-estar físico e psicológico dos referidos pacientes

**3-DO FORNECEDOR A SER CONTRATADO, DA RAZÃO DA ESCOLHA E REQUISITOS HABILITATÓRIOS MÍNIMOS, DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.**

**3.1** A razão de escolha do fornecedor está embasada na inviabilidade de competição uma vez que no município somente a empresa os disponibiliza. O deslocamento para outros Municípios que possuem o serviço (cerca de 30km) faria com que os gastos fossem suportados pelo contratante, sem contar que alguns pacientes com capacidade de locomoção limitada não seriam beneficiados. As aulas serão ininterruptas no período da contratação, para que os resultados de saúde sejam atingidos, deste modo, faz-se necessária a utilização de piscina aquecida em ambiente fechado, pois a medida terapêutica precisa ter continuidade inclusive no período frio. Os dados da empresa são: CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA, CNPJ 21.971.919/0001, com endereço à Rua Borges de Medeiros, 364, Fundos, no Município de Três Passos/RS.

**3.2** As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade do serviço, cujas negativas encontra-se anexadas ao memorando que acompanha este termo, e encontram-se válidas;

**3.3** O valor a ser pago será de R\$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais) mensais, para 16(dezesseis) horas/aula. Foi realizada coleta em empresas da região e no licitacion, que demonstram que o preço condiz com o valor de mercado e que demonstra economicidade, pois se os pacientes fossem deslocados para outros municípios da região, teríamos que considerar o valor de deslocamento.

**4-DOS FISCALIS DO CONTRATO E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**4.1** A gestão do contrato ficará a cargo da Secretária de Saúde, Rosicler Seghetto e a fiscalização por servidor por esta designada.

**4.2** São obrigações da Contratante:



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

## **LICITAÇÃO Nº 67/2025**

### **INEXIGIBILIDADE 24/2025**

#### **BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**

#### **Processo administrativo: 1832/2025**

**4.2.1** Receber e acompanhar os serviços nos prazos e condições estabelecidas neste termo e contrato.

**4.2.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados.

**4.2.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que ocorram as adequações necessárias;

**4.2.4** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no contrato, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**4.3** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**5.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no neste termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**5.1.1** Efetuar a entrega dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo;

**5.1.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**5.1.3** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

**5.1.4** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.1.5** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **6-DO PAGAMENTO**

**6.1** O pagamento será realizado em até 15 dias pós a execução do contrato, contados a partir do aceite da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado;

**6.2** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

contratante atestar a execução do objeto do contrato;

**6.3** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**6.4** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**6.4.1A** Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime.

**6.5** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

## **7-DAS INFORMAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **7.1.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

**7.1.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**7.1.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**7.1.1.5.** Não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**7.1.1.6.** Não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.1.7.** Enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;

**7.1.1.8.** Apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**7.1.1.9.** Fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

## **LICITAÇÃO Nº 67/2025**

### **INEXIGIBILIDADE 24/2025**

#### **BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**

#### **Processo administrativo: 1832/2025**

**7.1.1.10.**Comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;

**7.1.1.11.**Pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**7.1.1.12.**Pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## **7.2.DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.2.1.** A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

**7.2.2.1.**Advertência, para a infração prevista no item subitem 13.1.1.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.2.**Multa, nas modalidades:

**7.2.2.2.1.**Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos itens 13.1.1.1. a 13.1.1.12;

**7.2.2.2.2.**Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**7.2.2.2.3.**Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.2. a 7.1.1.7.Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**7.2.2.2.4.**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens 7.1.1.8. a 7.1.1.12.

## **7.3DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES**

**7.3.1.**As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

**7.3.2.**A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público;

**7.3.3.**O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida a título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002;

**7.3.4.** A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital;



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

## **LICITAÇÃO Nº 67/2025**

### **INEXIGIBILIDADE 24/2025**

#### **BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**

#### **Processo administrativo: 1832/2025**

**7.3.5.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

**7.3.6.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.3.7.** As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

**7.3.8.** Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal);

**7.3.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade serão publicadas no site do Município ([www.trespazos.rs.gov.br](http://www.trespazos.rs.gov.br)) em ícone próprio.

## **7.4.DA EXECUÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL**

**7.4.1.** O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo;

**7.4.2.** Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante;

**7.4.3.** Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial;

**7.4.4.** Esgotados o prazo elencado no item 13.4.3, para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária;

**7.4.5.** Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados no item 13.4.3 sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

## **8-DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**8.1.** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento conforme abaixo:



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**

**INEXIGIBILIDADE 24/2025**

**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**

**Processo administrativo: 1832/2025**

09.001 – Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde

1.500.1002.0000 – OUTROS SRVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA

Três Passos, 06 de Março de 2025

---

Rosicler Seghetto

Secretária Municipal de Saúde



Estado do Rio Grande do Sul  
Município de Três Passos  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

**CONTRATO Nº 25/2024**  
**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**Inexigibilidade 24/2025.**

O **MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 87.613.1880001-21, com endereço na Avenida Santos Dumont nº 75, nesta cidade de Três Passos, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Arlei Luis Tomazoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 700. ...., portador da Identidade nº 10-, residente e domiciliado neste Município de Três Passos/RS, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa **CLEOMARA GONZATTO E CIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 21.971.919/0001-00, com endereço na R BORGES DE MEDEIROS, nº 364, Bairro CENTRO, no município de TRÊS PASSOS/RS, representado por Cleomara Gonzatto, CPF 290. .... doravante denominada **CONTRATADA**, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, pactuam o presente Termo de Contrato, que vincula-se as disposições da Inexigibilidade 24/2025, Licitação 67/2025, autorizado pelo processo administrativo nº 1832/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE**

Contratação de empresa/entidade/instituição para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, responsável pela ministração de aulas para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial.

| Itens | Descrição   | Quant.           | Valor por aula R\$ | Valor mensal R\$ | Valor total R\$ |
|-------|---|------------------|--------------------|------------------|-----------------|
| 1     | <p>Contratação de empresa para prestação de serviço de atividades aquáticas e hidroginástica, para pacientes portadores de Fibromialgia e pacientes usuários do Centro Psicossocial.</p> <p>A empresa deverá ter piscina aquecida, em ambiente fechado e dispor de horários para turmas exclusivas para os pacientes da Secretaria de Saúde.</p> <p>As aulas deverão ser conduzidas por profissional devidamente habilitado.</p> <p>A empresa deverá fornecer trajes adequados para práticas aquáticas.</p> <p>Serão atendidos até 60 participantes, divididos em quatro grupos, sendo dois grupos de pacientes com fibromialgia e dois grupos formados por pacientes que frequentam o centro psicossocial.</p> <p>As aulas serão semanais, de 60 minutos cada, com atividades de alongamento, fortalecimento muscular e alívio da dor, bem como exercícios para fortalecimento dos laços sociais.</p> <p>Os grupos serão organizados pela Secretaria de saúde.</p> | 16h<br>aula/ mês | R\$290,00          | R\$4.640,00      | R\$55.680,00    |



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA**

A prestação dos serviços deverá iniciar imediatamente a contar da assinatura do presente instrumento. Os serviços serão prestados na instituição de acolhimento, sendo responsável a contratada pelo fornecimento de itens de higiene, limpeza, roupas, alimentos, transporte para consultas e outros necessários para a manutenção da qualidade de vida do acolhido.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO.**

O valor total ajustado para o presente contrato é de **R\$ 55.680,00 (cinquenta e cinco mil seiscientos e oitenta reais)** com base na proposta apresentada, para o período de 12 (doze) meses, sendo o valor mensal de R\$4.640,00 (quatro mil seiscientos e quarenta reais). No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente a prestação dos serviços, mediante apresentação do documento fiscal correspondente ao objeto, por empenho, mediante conferência e atestado de recebimento do objeto pelo fiscal do contrato.

§ 1º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

§ 2º Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

§ 3º Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

§ 4º Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que os valores serão atualizados pelo INPC do período.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão: Secretaria Municipal de Saúde**

**Fundo Municipal de Saúde**

**Proj/Atividade 2082 – Manutenção de ações especialidade de saúde de média e alta complexidade - CAPS**

**470 – 3.3.90.39 outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica**

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**

O presente instrumento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, até 31 de março de 2026.

§ 1º O prazo de execução é de 12 (doze) meses.

§ 2º Qualquer alteração no prazo suprarreferido dependerá de prévia aprovação, por escrito, do Contratante.

§ 3º O presente instrumento poderá ser prorrogado por igual período, desde que justificadamente, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/21.

§ 4º O presente instrumento poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias mediante comunicado por escrito.

§ 5º Em caso de falecimento do acolhido é de responsabilidade da contratada o comunicado a contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO GESTOR E DOS FISCAIS DO CONTRATO**

Conforme Decreto nº 74/2019, a fiscalização do contrato ficará a cargo dos servidores abaixo elencados, nos termos da portaria de nomeação.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

- a) Gestor(es): Rosicler Seghetto ou seu substituto
- b) Fiscal(is): Rosicler Seghetto ou seu substituto
- c) Suplentes:

**CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO**

O contrato será reajustado, nos termos do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021 e do Decreto Municipal 34/2023, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data-base do orçamento estimado, mediante solicitação do contratado.

§ 1º Para fins de reajuste, levar-se à como data base a data do orçamento estimado, ou da planilha orçamentária constante do processo administrativo ou do Termo de Referência.

§ 2º Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

§ 3º O valor do contrato será reajustado pelo INPC, obedecendo-se a metodologia de cálculo adequada para sua atualização.

§ 4º Quando, antes da data do reajustamento, já tiver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada.

§ 5º A revisão de contrato ou reequilíbrio econômico-financeiro decorre da imprevisão, consiste em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, que poderá ser concedido a qualquer tempo, e para sua concessão devem ser verificados os seguintes requisitos:

- a) evento futuro e incerto;
- b) evento ocorrido após a apresentação da proposta;
- c) o evento não pode ocorrer por culpa da contratada;
- d) possibilidade de revisão seja aventada pela contratada ou pela contratante;
- e) modificação substancial nas condições contratadas;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada.
- g) demonstração da quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

§ 6º O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência deste instrumento e antes de eventual prorrogação.

§ 7º A contratada, para fazer jus ao equilíbrio econômico-financeiro, deverá apresentar em até 10(dez) dias após a assinatura deste instrumento planilha de custos elaborada pelo contador/técnico contábil da empresa e documentos comprobatórios dos preços apresentados. A falta da apresentação desta poderá ensejar o indeferimento do pedido pelo setor de contabilidade.

§ 8º Solicitada repactuação ou o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o contratante obrigado a responder em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 9º O não cumprimento do prazo constante no item § 8º desta cláusula não implica em deferimento do pedido por parte do contratante. Todos os documentos necessários à apreciação do pedido deverão ser apresentados juntamente com o requerimento.

**CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

Para a presente contratação não haverá exigência de garantia de execução tendo em vista que o objeto somente será pago após a sua entrega.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

§ 1º São obrigações da Contratante:

- a) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

- b) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, para que seja corrigido;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação dos serviços no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021; A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 2º São obrigações da contratada:

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - I** - Efetuar a prestação dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações da licitação/empenho;
  - II** - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;
  - III** - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - IV** - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
  - V** - Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;
  - VI** - Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

**CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

A empresa CONTRATADA se compromete a executar o contrato de acordo com as disposições do Edital e em conformidade com as cláusulas constantes neste instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**§ 1º Das Infrações Administrativas**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantenha a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebre o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado;
- h) apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou preste declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraude a licitação ou pratique ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza;
- l) pratique atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

**§ 2º Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I- Advertência, para a infração prevista na alínea “a”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II- multa, nas modalidades:

1. Compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nas alíneas “a” até “m”.
2. Moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
3. Impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “b” até “g”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos itens “h” até “m”.

**§ 3º Da Aplicação das Sanções**

I. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis. A aplicação de sanções não exime o licitante ou o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

II. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

III. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

IV. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do *caput* do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

VI Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts.337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

**§ 4º Da execução da garantia contratual**

O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual, havendo. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

I. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial. Esgotados o prazo para pagamento do valor devido, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa tributária. Não havendo garantia, a multa será cientificada ao contratado para pagamento nos mesmos prazos estipulados neste item, sob pena de inscrição em dívida ativa, após o decurso deste prazo.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO**

O presente termo de contrato poderá ser extinto:

- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- II. Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.



Estado do Rio Grande do Sul  
**Município de Três Passos**  
Poder Executivo

**LICITAÇÃO Nº 67/2025**  
**INEXIGIBILIDADE 24/2025**  
**BASE LEGAL Art. 72 C/C 74, I DA LEI 14.133/2021**  
**Processo administrativo: 1832/2025**

- III. A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- IV. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.
- V. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES**

É vedado à contratada:

- I. A subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da Contratante;
- II. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

§ 1º Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

§ 3º As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

§ 1º Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

Fica eleito o foro da Comarca de Três Passos-RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões decorrentes deste contrato ou sua execução, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma, teor e conteúdo.

Três Passos/RS 31 de março de 2025.

**Contratante:**

**Contratada:**

\_\_\_\_\_  
Município de Três Passos  
Arlei Luis Tomazoni  
Prefeito

Assessor Jurídico: \_\_\_\_\_